

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR MINISTRO RELATOR DO SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL ALEXANDRE DE MORAES

Ref. Pet. 12.100/DF

JAIR MESSIAS BOLSONARO, já qualificado nos autos, por seus advogados que esta subscrevem, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, interpor tempestivamente

AGRAVO REGIMENTAL,

com fundamento no artigo 317 do RISTF em face de decisão que não só proibiu o Agravante de se ausentar do país como também determinou a entrega de seus passaportes no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

Diante da exposição de fato e de direito a seguir articulada, aguarda-se a reconsideração da r. decisão agravada, ou, então, que seja submetido à apreciação colegiada, nos termos do artigo 317, parágrafo 2º do RISTF.

Termos em que
roga e espera deferimento.

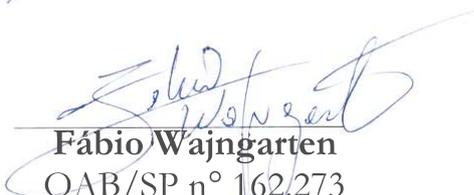
De São Paulo para Brasília, 9 de fevereiro de 2024.



Paulo Amador da Cunha Bueno
OAB/SP N° 147.616



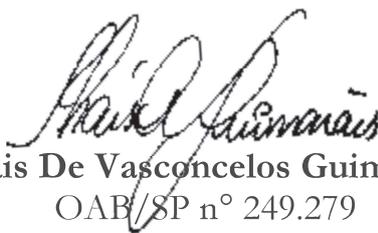
Daniel Bettamio Tesser
OAB/SP n° 208.351



Fábio Wajngarten
OAB/SP n° 162.273



Saulo Lopes Segall
OAB/SP n° 208.705



Thais De Vasconcelos Guimarães
OAB/SP n° 249.279



Clayton Edson Soares
OAB/SP n° 252.784



Bianca Capalbo Gonçalves de Lima
OAB/SP n° 454.653

EXMO. MIN. ALEXANDRE DE MORAES, EM GRAU DE RECONSIDERAÇÃO
EMINENTE PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
EGRÉGIO PLENÁRIO

— I —
DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso se volta contra decisão proferida em 26/01/2024. A r. decisão foi disponibilizada à defesa no dia 08/02/2024 (quinta-feira). Nos termos do artigo 317 do Regimento Interno do STF, o prazo de interposição do referido recurso é de 5 dias.

Desse modo, tendo-se que o prazo se iniciou na no dia 09/02/2024 (sexta-feira), a rigor do artigo 317 do Regimento Interno do STF, que fixou o prazo de interposição do referido recurso em 5 dias, interposto o recurso na data de hoje, tempestivo o presente Agravo.

— II —
DA DECISÃO AGRAVADA

A decisão guerreada proíbe o Agravante de se ausentar do país e determina a entrega de seu passaporte sob o seguinte fundamento:

“O desenrolar dos fatos já demonstrou a possibilidade de tentativa de evasão dos investigados, intento que pode ser reforçado a partir da ciência do aprofundamento das investigações que vêm sendo realizadas, impondo-se a

decretação da medida quanto aos investigados referidos, notadamente para resguardar a aplicação da lei penal.”

Ocorre que, *data máxima vênia*, não se pode concordar com a fundamentação exposta pelo ilustre Ministro Relator na decisão guerreada.

— III —

**SEM RISCO EVIDENTE: DA INJUSTIFICADA RESTRIÇÃO À LIBERDADE DE
LOCOMOÇÃO DO AGRAVANTE**

É manifesta a violação à liberdade de locomoção do Agravante no caso dos autos. Isto porque o impedimento de se ausentar do País e a entrega do passaporte tem um indisfarçável caráter de *pena* para os investigados em um inquérito policial.

A restrição viola, ainda, o princípio da presunção de inocência (artigo 5º, LVII, CF), pois é inegável que o Agravante está sendo tratado como culpado, não só por este Juízo como também pelos veículos de comunicação diante da decisão ora agravada.

Nesse sentido, asseveram os ilustres juristas espanhóis Cobo del Rosal e Vives Anton, citados por Luiz Flávio Gomes, que “como regra de tratamento, a presunção de inocência comporta a proibição de que as **medidas cautelares** e, em especial a prisão preventiva, sejam utilizadas **como castigos**, isto é, que mais além

de sua finalidade de asseguramento do escopo processual, sejam utilizadas para infligir ao acusado, antecipadamente, a pena.”¹

Por outro lado, convém notar que a decisão de impedir os acusados de viajar, enquanto limitadora de garantia fundamental do indivíduo, deveria, mesmo que fosse legal, ser **fundamentada**, como exige a Constituição.

Sobre a obrigatoriedade de fundamentação de toda e qualquer limitação imposta ao acusado em processo, pontua Germano Marques da Silva: “Ainda que admitida em abstracto a limitação, há-de ponderar-se em cada caso concreto da necessidade de aplicar uma medida cautelar, só sendo legítima a sua aplicação ao argüido quando necessária para salvaguardar os fins processuais que cumpra acautelar mesmo com sacrifício dos interesses constitucionalmente protegidos ao argüido.”² (“*Curso de Processo Penal*”, vol. II, ed. Verbo, 1993, p. 204 -5).

Nesse sentido é o consolidado entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. INCÊNDIO. DEFERIMENTO DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE COM MANUTENÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO ESTABELECIDAS PELO STJ. NECESSIDADE DE ACAUTELAR A ORDEM PÚBLICA. MEDIDAS CAUTELARES DE COMPARECIMENTO PERIÓDICO EM JUÍZO E DE PROIBIÇÃO DE AUSENTAR-SE DA COMARCA - AUSÊNCIA DE

¹ Derecho Penal-Parte General”, Tirant lo blanch, Valencia, 3.^a ed., 1990, p. 78/79, apud CERVINI e GOMES, “Interceptações telefônicas”, RT, São Paulo, 1997, p. 141

² *Curso de Processo Penal*”, vol. II, ed. Verbo, 1993, p. 204 -5

DEMONSTRAÇÃO DE RISCO CONCRETO DE FUGA. AGRAVO REGIMENTAL PARCIALMENTE PROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça entende que "a aplicação de medidas cautelares, aqui incluída a prisão preventiva, requer análise, pelo julgador, de sua **necessidade e adequação**, a teor do art. 282 do CPP, observando-se, ainda, **se a constrição é proporcional** ao gravame resultante de eventual condenação".

[...]

5. Todavia, embora haja motivação idônea demonstrando a necessidade de acautelar a ordem pública, da leitura da decisão do Juízo de primeiro grau, que adicionou outras medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP, **não se pode extrair a indicação de nenhum elemento concreto dos autos para demonstrar risco concreto de fuga. Assim, não se mostram suficientes as razões invocadas pelo Juízo singular para justificar a imprescindibilidade das medidas cautelares de comparecimento em juízo e impossibilidade de sair da comarca, porquanto deixou de contextualizar adequadamente a necessidade de sua imposição, o que impõe o afastamento das referidas medidas.**

[...]

7. Agravo regimental parcialmente provido, apenas para afastar as medidas cautelares de comparecimento periódico em juízo e de proibição de ausentar-se da Comarca, ressalvada a possibilidade de nova avaliação, mediante decisão fundamentada, sobre a necessidade de imposição de medida de natureza cautelar.

(AgRg no HC n. 727.633/PE, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 4/10/2022, DJe de 10/10/2022.)

HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. OPERAÇÃO CALVÁRIO II, SÉTIMA ETAPA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. IMPRESCINDIBILIDADE EM RAZÃO DA ESTRUTURA

DA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. SISTEMA DE CORRUPÇÃO SISTÊMICA NAS ÁREAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA E FASE INICIAL DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. REVOGAÇÃO TÃO SOMENTE DO RECOLHIMENTO DOMICILIAR DIANTE DO QUE FOI DECIDIDO NO HC 564.325/PB. SUBSTITUIÇÃO DA PROIBIÇÃO DE AUSENTAR-SE DA COMARCA PELA OBRIGAÇÃO DE PEDIR AUTORIZAÇÃO JUDICIAL PARA OS AFASTAMENTOS SUPERIORES A 7 (SETE) DIAS. ORDEM CONCEDIDA EM PARTE.

[...]

4. Não obstante o Desembargador Relator tenha examinado de pronto os pedidos de deslocamento do Paciente "para fins de participar de audiências ou reuniões ligadas ao seu trabalho de advogado [...] mesmo sem a formação do contraditório constitucional, diante da urgência de alguns requerimentos" (fl. 72), **para se evitar limitações excessivas** ao exercício da atividade profissional, impõe-se a substituição da mencionada cautelar para estabelecer a necessidade de autorização judicial unicamente para os afastamentos profissionais do Paciente da comarca de domicílio superiores a 7 (sete) dias, sem prejuízo da comunicação a posteriori dos deslocamentos feitos em lapso temporal inferior a 7 (sete) dias, **providência indispensável para a harmonização com as demais medidas cautelares ora mantidas.**

5. A maioria da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do HC n. 564.325/PB, suprimiu a restrição de recolhimento domiciliar imposta ao Corréu Ricardo Vieira Coutinho, diante do vício de fundamentação; situação que ocorre na espécie, **pois não explanada adequadamente a necessidade da medida para resguardar os bens protegidos pela lei processual penal.**

6. Imprescindibilidade do monitoramento eletrônico para fiscalizar aquelas fixadas pelo Superior Tribunal de Justiça - ainda necessárias, como

explanado neste voto -, a qual, ao contrário do sustentado, não inibe a locomoção do Paciente ou prejudica a sua atividade profissional.

7. No mais, vale relembrar que "as medidas cautelares criminais diversas da prisão são onerosas ao implicado" (STF, HC 134.029/DF, Rel. Ministro GILMAR MENDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/10/2016, DJe 17/11/2016). Portanto, não é a mera alegação de inconveniência que torna as cautelares ilegais.

8. Ordem de habeas corpus concedida em parte para revogar a medida cautelar de recolhimento domiciliar noturno, finais de semana e feriados; **e substituir a proibição de o Paciente se ausentar da Comarca pela obrigação de pedir autorização do Juízo para afastamentos superiores a 7 (sete) dias, sem prejuízo de nova fixação por fato superveniente, desde que de forma fundamentada.**

(HC n. 667.263/PB, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, julgado em 19/10/2021, DJe de 25/10/2021.)

RECURSO EM HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM DE DINHEIRO. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. FUNDAMENTAÇÃO PER RELATIONEM. SIMPLES REMISSÃO À REPRESENTAÇÃO MINISTERIAL. **NECESSIDADE E ADEQUAÇÃO NÃO DEMONSTRADOS. MOTIVAÇÃO INSUFICIENTE.** RECURSO PROVIDO.

1. A decisão judicial que estabelece medidas cautelares deve demonstrar, à luz do que dispõe o art. 282 do CPP, **a necessária presença de exigência cautelar a justificar a medida.**

2. Não se mostram suficientes as razões invocadas pelo Juízo monocrático para impor aos recorrentes o cumprimento de cautelares diversas da prisão, porquanto apenas se reportou à representação ministerial sem tecer nenhum comentário a respeito dos requisitos da necessidade e adequação de tais medidas.

3. Recurso provido para cassar a decisão impugnada, ressalvada a possibilidade de nova imposição de tais medidas, ou de outras que o prudente arbítrio do Juízo natural da causa entender cabíveis e adequadas, mediante a devida fundamentação.

(RHC n. 72.820/SP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 10/4/2018, DJe de 16/4/2018.)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO QUE NÃO CONHECEU DO RECURSO. FRAUDE EM LICITAÇÃO. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. COMPARECIMENTO MENSAL EM JUÍZO. **PROIBIÇÃO DE SE AUSENTAR DO PAÍS SEM AUTORIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NULIDADE.** DECISÃO QUE RECEBEU A DENÚNCIA. MANIFESTAÇÃO ADMITIDA COMO MERO DESPACHO. AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO PARA CONHECER DO RECURSO EM HABEAS CORPUS, E DAR-LHE PROVIMENTO.

1. Há que ser reconsiderada a decisão que não conheceu do recurso em habeas corpus, por reiteração de recurso anterior, quando constatado que tratam-se de ações penais diversas.

2. Para a aplicação das medidas cautelares diversas da prisão, exige-se, assim como na prisão preventiva, fundamentação específica que demonstre a necessidade da medida em relação ao caso concreto.

Nesse sentido: RHC n. 69.406-PR - 6ª T. - unânime - Rel. Min. Nefi Cordeiro - DJe 5/4/2016; HC n. 357881-RJ - 6ª T. - unânime - Rel. Min. Nefi Cordeiro - DJe 27/5/2016 .

3. Esta Corte vem admitindo como mero despacho a manifestação do magistrado de recebimento da denúncia, de modo que não cabe falar em nulidade por deficiência de fundamentação, pois somente na posterior decisão de absolvição sumária é que se exige o exame das teses relevantes e urgentes.

4. Agravo regimental provido para conhecer do recurso em habeas corpus, e dar-lhe provimento, a fim de revogar as medidas cautelares estabelecidas, sem prejuízo de nova e fundamentada decisão de necessárias medidas cautelares penais.

(AgRg no RHC n. 77.693/PA, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, julgado em 30/3/2017, DJe de 7/4/2017.)

Vale uma última observação: tendo em vista a evidente inexistência de dispositivo legal que ampare a decretação do constrangimento em foco, o fundamento desta restrição poderia, alegadamente, residir no zelo do órgão jurisdicional pela melhor conveniência da instrução processual, ou, mais propriamente, para assegurar a eventual aplicação da lei penal.

Ocorre que, no caso em análise, este argumento não merece crédito.

Ao longo das investigações iniciadas no início de 2023, **não foi apresentado nenhum indício que justificasse a alegação de risco de fuga.** O Agravante, desde o início do processo, tem cooperado de **maneira irrestrita** com as autoridades, comparecendo pontualmente a todos os chamados e colaborando ativamente para o esclarecimento dos fatos.

É imperativo ressaltar que, ao longo do extenso período de um ano de investigações, houve apenas uma **única** necessidade de se ausentar do país por parte do Agravante. Nesse cenário, demonstrando respeito ao Juízo e comprometimento com o devido processo legal, o Agravante **comunicou antecipadamente ao ilustre Relator, apresentando detalhadamente o itinerário completo de sua viagem, incluindo as passagens de ida e volta (doc. 1).** Atitude esta que evidencia a

postura colaborativa do Agravante e refuta qualquer suposição infundada de tentativa de evasão.

Em novembro do ano passado, o ora Agravante recebeu um telefonema do presidente eleito da Argentina, Javier Milei, o convidando para sua posse no país vizinho. O Agravante não poderia deixar de prestigiar este evento de relevância ímpar, não apenas em celebração do exercício democrático, mas também como forma de manifestação do comprometimento com os valores fundamentais que fortalecem os laços fraternos entre nações.

Naquela oportunidade, o ora Agravante asseverou que:

“Em atenção às investigações em curso e com profundo respeito a este Juízo, o PETICIONÁRIO vem aos autos informar que estará temporariamente ausente do país no período compreendido entre os dias 07 e 11 de dezembro. A ausência se dará em razão de viagem a Buenos Aires, onde participará da cerimônia de posse de Javier Milei na Presidência da Argentina, a convite do próprio Presidente eleito (Doc. 1). O PETICIONÁRIO estará acompanhado pelo Coronel Marcelo Costa Câmara e utilizará seu documento de identidade para esta viagem, não necessitando do passaporte para tanto. Comprometido com a Justiça e suas obrigações legais, anexa a esta petição as passagens aéreas de ida e volta (Doc. 2), bem como o itinerário com os detalhes da viagem (Doc. 3), se colocando à disposição para atender a qualquer convocação ou

diligência judicial, se necessárias, antes ou após o mencionado período de ausência.”

Em resposta à petição juntada – frise-se: em todos os autos em que o Agravante figura como investigado –, o i. Relator manifestou-se nos seguintes termos (doc. 2):

“Observo que ao investigado, ora requerente, não foi imposta qualquer medida cautelar que o proíba de se ausentar da Comarca de sua residência.”

Observe-se que, na ocasião anterior, o Relator não identificou qualquer impedimento à viagem do Peticionário para o exterior. Transcorreram meramente dois meses desde então, sem que tenha ocorrido alteração na conduta do Agravante que justifique a interpretação de um risco de evasão por sua parte.

Diante desse contexto, a falta de indícios claros de risco de fuga aliada à postura transparente e colaborativa do Agravante torna a decisão de proibir sua saída do país carente de fundamentação objetiva, desrespeitando princípios basilares do direito, como a proporcionalidade e a legalidade.

— V —
DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, requer a reforma da decisão atacada para que seja revogada a restrição imposta ao direito de livre locomoção do Agravante. Subsidiariamente, requer a substituição da proibição de ausentar-se do País pela obrigação de pedir autorização do Juízo para afastamento superior a 7 (sete) dias.

Termos em que
roga e espera deferimento.

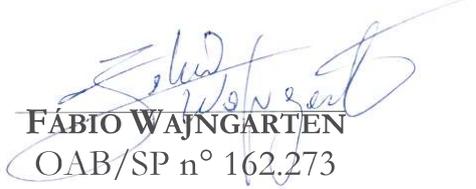
São Paulo, 9 de fevereiro de 2024.



PAULO AMADOR DA CUNHA BUENO
OAB/SP N° 147.616



DANIEL BETTAMIO TESSER
OAB/SP n° 208.351



FÁBIO WAJNGARTEN
OAB/SP n° 162.273



SAULO LOPES SEGALL
OAB/SP n° 208.705



THAIS DE VASCONCELOS GUIMARÃES

OAB/SP n° 249.279



CLAYTON EDSON SOARES

OAB/SP n° 252.784



BIANCA CAPALBO GONÇALVES DE LIMA

OAB/SP n° 454.653